

Notas e informações

Os ônus do governo

Vice-líder do governo no Senado, distinguiu-se o sr. Fábio Lucena por perder ótimas ocasiões de ficar calado. Ao renunciar, anteontem, à função que exercia, escrevendo desafetos, o parlamentar amazonense mostrou que, de fato, não estava à altura dela — e, sendo assim, foi bom que se afastasse, a fim de não causar danos maiores do que aqueles cujo débito lhe tem de ser atribuído. De que o representante peemedebista está fora da realidade dão prova exuberante afirmações que fez, na carta despachada ao senador Hélio Gueiros, seu colega de partido, líder interino na Câmara Alta. Lançou-se no documento em questão: "A autoridade do presidente da República não passa de uma tutela dos chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica". Não é só. Quis o sr. Lucena acrescentar: "Os ministros militares prestam ao presidente falsa continência e hipócrita solidariedade, pois no exato momento em que o quiserem esses chefes militares derrubam (sic) o governo e põem na cadeia o presidente da República".

Fez questão o senador de proclamar que nada deve ao sr. José Sarney, como nada lhe deve o chefe do Executivo. É que à convenção em que se indicou o candidato à Vice-Presidência na chapa de Tancredo Neves o renunciante não esteve presente, "precisamente para nele (Sarney) não votar". Ora, se a diferença era antiga, por que aceitou o inconformado peemedebista desempenhar a vice-liderança da qual se demite com tanta báhu? Não seria o caso de, depois de 15 de março, quedar-se na planície e esperar para ver? Há melhor. Líderes e vice-líderes do partido oficial, trabalhando no Legislativo, falam pelo governo; empênam-lhe a palavra, atuam por ele, servem-lhe. Se as reservas que Lucena tinha contra Sarney eram tais, por que demorou oito meses a romper e, neste período, desincumbiu-se dos encargos que rejeita, grosseiro, mantendo com o Palácio do Planalto relações cordiais que pressupõem compreensão e respeito mútuo,

identidade de propósitos e solidariedade política? O leitor sagaz terá como responder sem maiores dificuldades às perguntas formuladas.

A missão do Congresso nesta fase nada fácil de transição do autoritarismo para um regime de liberdade, pelo qual anseia a esmagadora maioria dos brasileiros, não consiste em atritar Poderes do Estado, mas precisamente em aproximalos, permitindo-lhes funcionar em harmonia. Desserve à causa da democracia alguém que, colocando-se na posição que ocupava o sr. Fábio Lucena, tece intrigas que possam eventualmente desunir os integrantes do primeiro escalão administrativo ou predispor-lhos contra o Congresso — ou pelo menos contra parlamentares. A hora é de construir e conciliar, não de destruir e provocar divergências que indisponham entre si os homens que governam. Felizmente, há nas palavras transcritas dose tão alta de irrealismo que estão elas fadadas a não causar o mal a que visavam. Na verdade, são um traque de espoleta que só foi ouvido por causa do silêncio que cerca o Planalto Central.

Registre-se que a esse silêncio, que serve às vezes para sepultar bons discursos, desconhecidos afinal da opinião pública por falta de eco, se soma ainda o hábito, cada dia mais enraizado na comunicação de massa, de valorizar a má notícia, oferecer manchetes à verrina ou ao escândalo, relegando a segundo plano, não raro, acontecimentos ou atitudes que concorreriam para revelar que nem tudo está perdido e ainda existem políticos dignos de apoio e apreço, mesmo na crise de lideranças em que se debate o País e diante do quadro de deterioração de costumes, agravado pela exceção, pela censura à imprensa, pelo êxito da conspiração sinistra que dominou a administração, vítima por longo tempo da ação combinada da negligência, da desonestade e da incompetência. Não se pode viver sempre no regime de considerar

que só são *good news* as *bad news* sem pagar preço alto por tal deformação das tarefas do jornalismo.

Para remate, tenha-se como advertência ao presidente da República o protesto estapafúrdio do senador Fábio Lucena. É de inspirar pessimismo a atitude reservada, quase cerimonia, do sr. José Sarney, tímido em assumir o poder e exercitá-lo como lhe compete, deixando dúvidas sobre se comprehende bem a extensão e a profundidade da autoridade do cargo que lhe tocou, por motivos alheios à sua vontade — mas que, a partir do momento em que sucedeu a Tancredo Neves, lhe cumpre exercer plenamente. A expressão chefe do governo não é apenas retórica: não há governo sem chefe, tomada a palavra em seu significado preciso de *principal entre todos, cabeça, dirigente, comandante*. Na medida em que se exa, se omitir e se recusar a esgotar as prerrogativas de seu cargo, dará ensejo a reações como a que é objeto deste comentário, as quais, queira ou não, têm o condão de enfraquecer o perante a classe política. O poder expelle quem não o exerce, ensina a Ciência Política, expressando com palavras diferentes o que ensina a Sociologia: não há sociedade sem autoridade.

Os brasileiros querem ver o presidente José Sarney à vontade na *comissão presidencial* que recebeu; e se, contrariando seu temperamento, tiver ele de, ocasionalmente, distribuir cascudos entre alguns trêfegos que intentem injuriá-lo, será bom que vença inibições e castigue os desafetos que caminhavam com ele ombro a ombro mas não passavam de inimigos encapuzados. Governar é escolher, porém não é só escolher; é também preservar a majestade do poder, que exige austeridade e compostura, de um lado; e, de outro lado, pressupõe energia, que nada tem que ver com violência, e exige capacidade de reagir à altura a agravos e ofensas, dando-lhes a resposta adequada, na oportunidade própria. Tudo isso são ônus da missão de governar.